

NANCY DA COSTA DOS SANTOS MANHÃES

*Revisar o português*

'EM BUSCA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DOS DEFICIENTES  
VISUAIS'

RIO DE JANEIRO

2001

UNIRIO - UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - LATO SENSU  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - LATO SENSU  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - LATO SENSU  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - LATO SENSU  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

REITOR: Pietro Novelino  
DECANO: Maria José Cavalleiro Wehling  
CHEFE DE DEPARTAMENTO: Sueli Barbosa Tomaz  
COORDENADORA DO CURSO: Liana R.T. de Ocampo



MANHÃES, Nancy da Costa dos Santos  
**Em Busca da Inclusão dos Deficientes Visuais**  
Curso de Pós-Graduação Lato Senso  
Especialização em Educação Especial  
Departamento de Fundamentos de Educação  
Universidade do Rio de Janeiro, 2001

## DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa as pessoas que compartilharam comigo este momento tão especial que foi a retomada da minha vida, em busca de aperfeiçoamento, crescimento pessoal e profissional. E que fizeram com que acreditasse que o sonho é possível e que a superação de cada ser humano está dentro de nossos corações.

A minha mãe, minhas amigas Luiza e Lilian pelo incentivo para participar do curso. As amigas da turma pelo convívio produtivo e rico em trocas de experiências e emoções, fazendo como se nos sentíssemos “meninas” de novo.

As amigas: Lorena e Luciana, pelo apoio na confecção do trabalho, sem vocês também não teria conseguido.

## AGRADECIMENTOS

No início do curso houve uma característica importante para estimular o meu desempenho, a maneira como o grupo foi recebido pelas professoras: Liana, Mariangela e Sueli. Foram elas que nos impulsionaram através dos seus saberes e humildade.

A vocês, os meus agradecimentos por darem uma referência de ser capaz, de comprometimento com a educação e respeito às diferenças e diversidades.

Em nenhum momento pensamos em desistir, a cada obstáculos, vocês estavam presentes como exemplo de disciplina, competência e dignidade.

Agradeço a Deus por conceber-me o momento, confiando-me esta caminhada.

## A ALMA DIFERENTE

O mundo ainda não aprendeu a lidar com seres humanos diferentes da média. Diferente é quem foi dotado de algo mais e de algo menos em hora, momento e lugar errado. Para os outros que riem de inveja de não serem assim e de medo de não agüentarem, caso um dia venham a ser. O diferente é um ser sempre mais próximo da perfeição. Nunca é um chato. Mas é sempre confundido com ele por pessoas menos sensíveis e avisadas. Supondo encontrar um chato onde está um diferente, talentos são rechaçados; vitórias são adiadas; esperanças são mortas. Um diferente medroso, este sim acaba transformando-se num chato. Chato é um diferente que não vingou.

O diferente começa a sofrer cedo, desde o colégio, onde todos os demais, de mãos dadas, e até alguns professores, por omissão (principalmente os mais grossos), se unem para transformar o que é peculiaridade e potencial em aleijão e caricatura. O que é percepção aguçada em "puxa, fulano, como você é complicado". O que é um embrião de um estilo próprio em "você está vendo como é que todo mundo faz?"

O diferente carrega desde cedo apelidos e carimbos nos quais acaba se transformando. Só os diferentes mais fortes que o mundo à sua volta se transformaram (e se transformam) nos seus grandes modificadores. Diferente é o que chora onde os outros xingam; quer onde os outros cansam; espera, de onde já vem; fala sonha, entre realistas; concretiza; entre sonhadores; fala de leite em reunião de bêbados; cria, onde o hábito rotiniza, perde horas em coisas que só ele sabe importantes; diz sempre na hora de calar; cala sempre nas horas erradas; fala de amor no meio da guerra; deixa o adversário fazer o gol porque gosta mais de jogar que de ganhar; aprendeu a superar o riso, o deboche, o escárnio e a consciência dolorosa de que a média é má porque é igual; vê mais longe do que o consenso; sente antes dos demais começarem a perceber, se emociona enquanto todos em torno agridem e gargalham.

A alma dos diferentes é feita de uma luz além. A estrela dos diferentes tem moradas deslumbrantes que eles guardam para os poucos capazes de os sentir e entender. Nessas moradas estão os maiores tesouros de ternura humana de que só os diferentes são capazes. Jamais mexam com o sentimentos de um diferente. Ele é sensível demais para ser conquistado sem que haja consequência com o ato de conquistar.

Artur da Távola

## RESUMO

Neste trabalho, direcionamos alguns questionamentos e reflexão sobre a inclusão social dos deficientes visuais, partindo da realidade que ainda estão em sua maioria, segregados nas instituições e escolas especiais, dificultando a socialização dos mesmos.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>1- Políticas Públicas um Destaque.....</b>	<b>05</b>
1.1- A Visão e a Deficiência Visual.....	05
1.2- As Normas Civis Federais de Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência.....	05
<b>2- Caminhos da Inclusão.....</b>	<b>07</b>
2.1- Inclusão, Sociedade e Escola.....	09
2.2- Escola – Comunidade.....	11
2.3- Celebrando à Diversidade.....	13
<b>3- O Professor em Sala de Aula Inclusiva.....</b>	<b>15</b>
3.1- Orientação para o Domínio da Tarefa.....	17
3.2- Relacionamento Professor-Aluno.....	21
<b>4- O Cego no Caminho da Inclusão.....</b>	<b>22</b>

4.1- A Família no Processo Educacional e Social do Deficiente Visual.....	26
4.2- O Preconceito Social da Cegueira.....	28
4.3- Instituições e a Educação dos Deficientes Visuais.....	30
<b>5- Realidade e Inclusão.....</b>	<b>33</b>
<b>6- Considerações Gerais.....</b>	<b>39</b>
<b>7- Referências Bibliográficas.....</b>	<b>40</b>

## INTRODUÇÃO

Esta Monografia tem como objetivo <sup>? mudar a expressão</sup> questionamento quanto a “Inclusão” de alunos com necessidades especiais a classes consideradas de alunos “normais”. Para alguns a inserção dos mesmos no ensino regular ainda é um grande desafio. Outros acreditam que com consciência e sabedoria pode-se promover uma convivência agradável e saudável entre toda a comunidade escolar. O tema escolhido, “Em busca da Inclusão na Educação dos Deficientes Visuais”, acredita-se ser relevante, visto que os deficientes visuais encontram-se em sua maioria segregados em instituições.

Apesar de haver uma compreensão maior da pessoa deficiente, hoje, ainda persistem muitos preconceitos em relação a cegueira, dificultando a integração do mesmo na sociedade.

O principal desafio dessa escola chamada “Escola Inclusiva”, é desenvolver uma pedagogia centrada no educando, capaz de educar a todos e as diversidades oferecendo suporte e respostas às suas características e necessidades.

O imperativo de uma sociedade inclusiva, vem num processo da exclusão social total passando para o atendimento especializado segregado e depois para a integração. O segmento dos portadores de necessidades especiais está agora lutando por sua inclusão. A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de necessidades educativas especiais procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidade e conseqüentemente, uma sociedade para todos.

O impacto que a inclusão tem causado no meio escolar, nas instituições especializadas, entre os pais com ou sem deficiência, vem contribuir para este momento de discussão deste tema tão polêmico, onde percebe-se que a luta pela inclusão apenas está começando.

A metodologia do trabalho foi <sup>? redação</sup> através de pesquisa descritiva, <sup>?</sup> explicatória, bibliográfica e informações colhidas em encontros informais com profissionais de diferentes áreas e que atuam em Educação Especial e atendem deficientes visuais.

A exclusão social, assume um caráter de <sup>redação</sup> um conceito e denúncia da ruptura da responsabilidade <sup>redação</sup> da social do Estado referente ao bem estar do ser humano. Ao mesmo tempo, proclama-se o direito à diferença, podendo-se apontar a presença de discriminação quando não se respeita esse direito. Assim, o conceito <sup>redação</sup> da exclusão social, hoje, confronta-se diretamente com a concepção de universalidade dos direitos sociais e da cidadania. A exclusão <sup>redação</sup> é a negação da cidadania, não é a mesma <sup>redação</sup> em qualquer altura ou realidade. Consideramos que há uma distinção entre exclusão social e pobreza. Por conter elementos éticos e culturais, a exclusão social também se refere à discriminação e a estigmatização. Pobre é o que não tem, enquanto o excluído pode ser o que tem sexo feminino, cor negra, idade avançada, opção homossexual, ou que tenha qualquer tipo de deficiência aparente. A exclusão alcança, então, valores culturais e diversas discriminações, o que não significa que o pobre não seja discriminado.

No que se refere a educação, não podemos pensar em equidade sem antes considerar a inclusão de todos, no sentido de romper a barreira do acesso das classes populares à riqueza social, ou seja, o direito a educação e

→ cidadania independente de qualquer preconceito, racial, físico e cultural. Acreditamos que a escola tem um papel fundamental nesse processo de inclusão. O primeiro passo para isso é o da conscientização dos padrões de dignidade. Todavia, sua efetivação decorre de exigência da sociedade. ?  
Precisamos construir uma pedagogia de inclusão.

É preciso ousar, dar um salto de qualidade e comprometer a escola e a sala de aula com o processo mais amplo de inclusão. É necessário rever nossos currículos escolares para incorporar a discussão desse padrão. A escola que não incorporar <sup>tema à própria</sup> contexto histórico, social e cultural em que está inserida, quem não convidar os alunos a refletir sobre as questões do mundo contemporâneo que fazem parte do seu cotidiano, trazendo para sala de aula temas como violência, drogas, sexualidade, e diversidades, nem os convidar a traçar relações entre o presente e o passado, compreendendo os processos que ocasionam as mudanças sociais, corre o risco de vir a ser mais um excluído, não contribuindo para a inclusão.

Deparamos, neste século que se inicia, com a possibilidade de transformar o espaço de aprendizagem num campo fértil para a assimilação do direito à cidadania com equidade. Isso significa tornar a escola pública um espaço digno, onde os alunos e educadores se sintam respeitados, valorizados e as famílias acolhidas. Um espaço em que os alunos possam expressar sua cultura, o aprendizado faça sentido para compreender o mundo em que vivem e contribua para torná-los protagonistas na luta por uma sociedade em que a inclusão constitua um padrão de dignidade exigido para todas as pessoas.

A educação e emancipação, como nos ensinou Paulo Freire, são faces de uma mesma moeda. Para transformar o mundo, é preciso uma educação

cidadã, responsável e comprometida com a transformação social. Na maioria das vezes nossas escolas caminham na direção contrária. A escola deve atender as exigências do mundo atual, garantindo a igualdade na diferença, a dignidade dos cidadãos.

## 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS – UM DESTAQUE

### 1.1 – A visão e a Deficiência Visual

**Conceito:** “A deficiência visual se caracteriza pela incapacidade total ou parcial de seus portadores utilizarem a visão nas atividades normais da vida e pela capacidade de superarem esta deficiência” (Canejo, 1996).

### 1.2 – As normas civis federais de apoio às pessoas portadoras de deficiência

Ao falar dos portadores de necessidades especiais, devemos pontuar alguns aspectos das políticas públicas que darão base a discussão da inclusão no Brasil.

Além das normas constitucionais, leis civis promulgadas em todos os níveis federativos vêm ao encontro dos direitos das pessoas portadoras de deficiência em conformidade com os princípios gerais do direito consagrado em nosso ordenamento jurídico. Estas <sup>? educação</sup> normas apoiam a área da Saúde, Formação Profissional e do trabalho, Recursos Humanos, Edificações, Assistência Social, Educação, Criminalização do Preconceito. Mas neste item, iremos desenvolver aspectos relevantes somente na área de educação por ser tema de pesquisa e questionamento na <sup>sobre o</sup> inclusão dos deficientes visuais nas redes regulares de ensino.

Na área da educação, quando a constituição em seu artigo 208, assegurou a Educação Especial, determinou que esta será ministrada, 1? preferencialmente, na rede regular de ensino.

⇒ A lei <sup>?</sup> regulamentar <sup>?</sup> <sup>??</sup> pelo decreto 3298 de 10/12/99, detalhou este atendimento que vai da educação precoce até o 2º grau, a educação supletiva é a que visa a formação profissional, criando-se currículos, etapas e exigências de diplomação próprios, inserindo às escolas no sistema educacional. A estes alunos serão assegurados todos os benefícios recebidos pelos demais, dentre eles material e merenda escolares, e bolsas de estudos, sendo suas matrículas compulsórias nos estabelecimentos públicos ou privados, sempre que, a despeito de suas deficiências, forem capazes de se integrarem, podendo-se interpretar favoravelmente a independência da existência ou não de vaga. Se o aluno portador de deficiência estiver internado em hospital ou estabelecimento semelhante, haverá oferecimento obrigatório de programa de educação especial em nível de pré-escolar e escolar.

A lei 9394/96, estabelece diretrizes e bases da educação nacional, dedicou o capítulo-V à Educação Especial definindo-a como “ a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” A educação que lhes é oferecida deverá dar-se preferencialmente, em classes regulares, assegurando-lhe a perfeita integração com os demais, que terão a oportunidade de exercitar a solidariedade, visto ser componente imprescindível a qualquer projeto educacional. Se o aluno não estiver em condições de integrar-se total ou parcialmente, haverá os serviços de apoio especializado, funcionando dentro da escola regular.

Os Institutos de Educação Especial que, tradicionalmente, prestam serviços relevantes, encontram respaldo na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 59, quando particulariza questões como currículos, métodos, técnicas específicas, terminalidade de acordo com cada indivíduo,

também  
de  
fonte

professores especializados e a educação especial para o trabalho, visando a efetiva integração social.

## 2- CAMINHOS DA INCLUSÃO

Os conceitos são fundamentais para o entendimento das práticas sociais, pois eles moldam nossas ações. Nos permitem avaliar programas, serviços e políticas sociais, pois os conceitos acompanham a evolução de valores éticos, como os que envolvem aqueles que têm necessidades educativas especiais. Portanto, é imprescindível dominarmos bem os conceitos e propostas da inclusão para que possamos ser participantes ativos na construção de uma sociedade que seja realmente para todas as pessoas, independentemente de sua cor, idade, gênero, tipo de necessidade especial e qualquer outro atributo pessoal.

A inclusão de pessoas com deficiência na educação geral vem sendo implementada no Brasil há pouco tempo, mas várias discussões ainda continuam sendo realizadas sobre o tema.

Ao tomar contato com o termo “inclusão e inclusion” (em inglês) diz o autor, SASSAKI (1999), que soaram como música a seus ouvidos. E que o seu processo fazia sentido, mais do que o suficiente para despertar o seu interesse pelo assunto.

De certa forma ao deparar com o relato, também identifico-me com esse sentimento, acreditando que a inclusão tem esta sonoridade de possibilidades e que precisamos investir e acreditar.

O autor faz uma análise do processo da integração social e da exclusão onde ele coloca que a idéia de integração surgiu para mascarar a exclusão

Adoção  
de  
linguagem

social total a qual as pessoas deficientes eram submetidas, pois antigamente elas eram vistas como inválidas, sem nenhuma utilidade para a sociedade, incapazes de trabalhar de ter algum tipo de vida social. Eram simplesmente segregadas em casa ou em instituições onde basicamente recebiam abrigo, alimentação e medicamentos.

No final da década de 60, o movimento pela integração social começa a introduzir os deficientes na educação, trabalho, lazer. Desde então, passamos por diversos princípios e processos. A normalização, onde acreditavam que toda pessoa com algum tipo de deficiência tinha o direito de experimentar um estilo de vida o mais parecido possível a população.

Na década de 70, tivemos outra tentativa de integração através do Mainstreaming que consistia em colocar o estudante deficiente em várias classes para fins instrucionais, sem que ele pertencesse a nenhuma delas. Mas, pelo menos, freqüentavam classes regulares. Hoje podemos considerar este processo correspondente ao nosso processo de integração, onde a escola ainda não tem uma postura inclusiva.

Mas a análise do autor é de grande relevância, pois a normalização e o mainstreaming foram os propulsores para aquisição de conhecimento para a integração, abrindo caminho para se discutir as possibilidades da inclusão.

Segundo os autores Stamback (1999), são categóricos em afirmarem que todo o sucesso de uma escola inclusiva depende de todo pessoal envolvido no processo. Na forma de organização, desde o espaço físico aos profissionais e alunos. E que os benefícios da inclusão na escola deve consequentemente, favorecer bem-estar não somente ao deficiente físico, mas em contra partida, também aos profissionais e a comunidade escolar, no sentido de se fazer valer a igualdade.

Os autores ainda colocam que a inclusão é mais um modelo para prestação de serviços de educação especial. É um novo Paradigma de Pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção.

Por isso, o desafio é estender a inclusão a um número maior de escolas e comunidades e, ao mesmo tempo, ter em mente que o principal propósito é “facilitar” e ajudar a aprendizagem e o ajustamento de todos os alunos, os cidadãos do futuro. Nossas escolas e comunidades se tornarão tão boas quando decidirmos torná-las.

## 2.1- Inclusão, Sociedade e Escola

*→ aqui estão outros artigos separados um autor ??*

Os autores (Stamback) (1999), consideram que nas salas de aula integradas todas as crianças enriquecem-se por terem oportunidades de aprender com o grupo; desenvolve-se para cuidar umas das outras e conquistam as habilidades e os valores necessários para as comunidades apoiarem e investirem na inclusão de todos os cidadãos. Mas não basta simplesmente incluir a criança em salas de aulas regulares, pois a experiência nos mostra que a aprendizagem não acontece.

Quando existem programas adequados, a inclusão funciona para todos os alunos com e sem deficiência, em termos de atitudes positivas, mutuamente desenvolvidas, de ganhos nas habilidades acadêmicas e sociais e de preparação para a vida na comunidade. Os alunos aprendem a ser sensíveis, a compreender, a respeitar e a crescer confortavelmente com as diferenças e as semelhanças individuais entre os pares.

Segundo relato e pesquisa de Wehman (apud Stamback 1999), concluiu que as turmas segregadas não conduzem a independência, e afirma que

quando os efeitos positivos são contrastados com os efeitos negativos da exclusão, os efeitos da escola inclusiva tornam-se mais pronunciados.

Analisemos o depoimento de uma pessoa deficiente que foi segregada em seus anos escolar:

“Eu me formei... totalmente despreparado para o mundo real. Ficava em casa o dia todo trancado, achando que conseguir um emprego era algo completamente fora de questão.

Acredite-me, um ambiente segregado não prepara para uma vida integrada...” Massachussets Advocary Center (apud Stamback, 1999).

Em geral, a educação segregada é prejudicial porque alienam <sup>com condâncias</sup> os alunos. Os alunos com deficiência recebem pouca educação para a vida diária real. E os alunos sem deficiência experimentam uma educação que valoriza pouco a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes. Em contraste o ensino inclusivo proporciona as pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho e para a vida e em comunidade. Os alunos aprendem como atuar e a interagir com seus pares no mundo “real”.

A educação inclusiva, beneficia também o professor que hoje, vive em constante transição e transformação, se qualificando e especializando para acompanhar as mudanças sociais. E não poderia ser diferente para atuar com alunos deficientes. Nessa transformação o professor tem a oportunidade de desenvolver suas habilidades profissionais capacitando-se, ser o “facilitador” no processo de aprendizagem dos deficientes, favorecendo assim, a educação inclusiva.

O professor que se propõe a participar do processo da inclusão, adquirem <sup>com condâncias</sup> experiências transformadoras e descobrem que são capazes de um trabalho consciente, sério e criativo.

Os benefícios para a sociedade vem através da conscientização dos alunos da educação inclusiva, a importância do respeito à diversidade e que

apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais.

redações  
confusa

A filosofia e as práticas segregacionistas do passado tiveram efeitos prejudiciais às pessoas com deficiência, às escolas e a sociedade em geral. A idéia de que poderiam ser ajudados em ambientes segregados, alienados do resto da sociedade, fortaleceu os estigmas sociais e a rejeição. Para as escolas regulares, a rejeição das crianças com deficiência contribuiu para aumentar a rigidez e a homogeneização do ensino, para ajustar-se ao mito de que, uma vez que as classes tiveram apenas alunos "normais", a instrução não necessitaria de outras modificações ou adaptações.

O fim gradual das práticas educativas excludentes do passado proporciona a todos os alunos uma oportunidade igual para terem suas necessidades educacionais satisfeitos dentro da educação regular. O distanciamento da segregação facilita a unificação da educação regular e especial em um sistema único. Apesar dos obstáculos, a expansão do movimento da inclusão, em direção a uma reforma educacional mais ampla, é um sinal visível de que as escolas e a sociedade vão continuar caminhando rumo a práticas cada vez mais inclusivas.

## 2.2- Escola - Comunidade

Para a inclusão ter sucesso, as escolas devem ser comunidades conscientes. Segundo, Serejiovanni (apud Stamback, 1999), "A comunidade é o vínculo que une os alunos e os professores de maneira especial, a algo mais importante do que eles próprios; valores e ideais compartilhados. Eleva os professores quanto aos alunos a níveis mais elevados de autoconhecimento,

compromisso e de desempenho. Além do alcance dos fracassos e das dificuldades que enfrentam em suas vidas cotidianas. A comunidade pode ajudar os professores e os alunos a serem transformadores de uma coleção de "eus" em um "nós" coletivo, proporcionando-lhes assim, um sentido singular de identidade, de pertencer ao grupo e à comunidade. Sem este sentido qualquer esforço para alcançar os objetivos da inclusão serão em vão. A escola deve <sup>ter</sup> estar <sup>conscientizada</sup> conscientizada do seu papel na construção dessa comunidade, que só será possível através de um trabalho criterioso e efetivo junto às famílias dos alunos respeitando suas culturas e dificuldades.

A construção de uma comunidade começa com a aprendizagem que ocorre quando pessoas que estão preparadas se encontram face-a-face, descobrem uma a outra e começam adaptar-se mutuamente. Uma comunidade consciente desenvolve-se quando as pessoas usam ciclos de aprendizagem interpessoal, a fim de desenvolver uma arquitetura social que define uma escola como organização. A construção da comunidade é um trabalho criativo, onde os alunos com deficiência e sem deficiência sejam beneficiados cada um com as suas habilidades e limitações.

"A educação é a maneira de tornarmo-nos mais humanos". <sup>(fonte bibliográfica)</sup>

A educação afasta as crianças e os adultos das rotinas confortáveis levando-os em direção aos desafios e aos prazeres de extrair as lições de experiência humana no enfrentamento da realidade da vida. A educação acontece no contato com os outros, e as potencialidades das pessoas moldam a extensão e a textura do crescimento de cada um de nós. O ensino oferece mais recursos para a educação na medida em que os adultos e alunos colaboram para construir uma comunidade consciente, que sustente o trabalho da escola. Os alunos com deficiências importantes e seus pais podem liberar a

criatividade de uma comunidade escolar. Para isso, é necessário coragem para renegociar limites, relacionamentos e estruturas familiares, compromisso de buscar o caminho, enfrentando as dificuldades que surgem e força para renovar o sentido de comunidade, quando se estiver sendo ameaçado.

### 2.3- Celebrando à Diversidade

Qual é o outro autor além de Stamback?

Em sua fundamentação teórica através de experiências e pesquisas, os autores (Stamback) fazem uma excelente caracterização de uma escola inclusiva. Deverá ser aquela onde todos os alunos sintam-se reconhecidos, valorizados e respeitados. Os cuidados e critérios com os conteúdos ensinados devem ser minuciosos. <sup>mas</sup> As estratégias de ensino devem ser designadas <sup>as</sup> as áreas curriculares determinadas e o currículo deve atender a uma ampla variedade de diferenças entre os alunos.

A comunidade escolar inclusiva é aquela em que todos assumem uma postura participativa, onde cada um possa contribuir para tornar a vida dos alunos mais agradável e receptiva. Os alunos não podem perceber que são tratados como pessoas diferentes, pois se sentirão pouco a vontade. Não precisamos encobrir a realidade para as crianças, elas mesmas conseguem perceber que são diferentes dos seus colegas, em tamanho, dificuldades, cor, quem usa cadeiras etc. Não lidar com as diferenças com naturalidade, transmite às crianças a idéia que as diferenças são algo <sup>? redações</sup> que não pode ou não deve ser comentado. Os professores são os maiores responsáveis em discutir <sup>redações</sup> esses assuntos em suas classes para que as diferenças não sejam motivos de "chacotas", levando a estigma, exclusão e isolamento.

O objetivo de uma escola inclusiva é de formar educadores capazes de explorar honestamente as diferenças, dando oportunidade aos alunos de

experimentar e compreender a diversidade dentro de uma comunidade segura e protetora.

Devemos pensar inclusivamente sobre o ensino inclusivo. A crescente diversidade racial e étnica da nossa sociedade e das nossas escolas tornou-se imperativo que os programas e os currículos sejam sensíveis às diferenças. Em nossa educação precisamos ir além de celebrar as diferenças, precisamos ensinar os alunos a entender as desigualdades sociais e capacitá-los para trabalhar ativamente na mudança da sociedade. É importante que as crianças sintam que elas podem contribuir para uma mudança. As salas de aula inclusivas devem trabalhar para capacitar todas as crianças a melhorarem suas próprias situações e as de seus colegas.

Criar turmas que honrem e respeitem todas as crianças e suas diversidades é um desafio contínuo e que demanda tempo. Como professores precisamos lutar com a maior ferramenta que dispomos a “solidariedade” na tentativa de implementar a inclusão, a justiça e o respeito. Somente explorando nossos próprios conhecimentos, valores e crenças sobre a diversidade. E através de nossas histórias e experiências pessoais podemos tentar desvendar os efeitos da nossa própria criação fortalecendo assim nossos compromissos adultos para criar escolas inclusivas que exemplifiquem justiça social e igualdade.

} a frase ficou solta.

Na escola inclusiva o aluno deficiente deverá ter oportunidade de desenvolver uma auto-identidade positiva, pois um indivíduo necessita de liberdade para exercer e expressar suas amizades. As escolas precisam propiciar essas escolhas de forma flexível e adaptativas e sensíveis as necessidades de todos os membros. O acesso intencional deve ser facilitado no espaço escolar. Afinal o objetivo da inclusão é que a sua diferença e a individualidade seja valorizada.

→ nada com

*melhorar a redação*

Enquanto a inclusão ainda é motivo de discussão é fundamental que as vozes dos alunos sejam ouvidas. Para isso é necessário que aprendam a ser independente <sup>↳</sup> assumindo a sua educação e suas próprias vidas, dentro de suas possibilidades e limitações.

Começamos a ver no “fundo do poço” uma luz acendendo em prol de mudanças para a educação, vida e lazer das pessoas com deficiência. Alguns pais e educadores são simpatizantes e estão comprometidos com a participação e com a cidadania dos deficientes. Embora lentamente, <sup>←</sup> as pessoas deficientes estão caminhando. O passo pode ser acelerado quando os pais se conscientizarem do poder que possuem para reivindicar os seus direitos de cidadãos. Cada pai e cada mãe podem fazer a diferença para seu filho.

Como declarou Gilhool (apud Stamback, 1999):

“A separação é repugnante para nossa tradição constitucional. A inclusão é um valor constitucional fundamental – não a inclusão que nega a diferença, mas a inclusão que acolhe, deve-se apreciá-la e celebrá-la”.

### 3 – O PROFESSOR EM SALA DE AULA INCLUSIVA

*? quem é o outro autor?*

Segundo a visão dos autores Stamback (1999), os professores em turmas inclusivas indicam que os problemas prioritários no manejo da turma são:

- 1 – Moldar o ensino para o nível adequado a cada aluno.
- 2 – Facilitar a aceitação por parte dos colegas de alunos com diferenças.
- 3 – Enfrentar efetivamente comportamento fisicamente perigosos e significativamente destrutivos.

Quanto as dificuldades para trabalhar os conteúdos, existem três reações comportamentais gerais para o aluno durante o período de aula ou tempo envolvidos nos estudos acadêmicos:

- 1 – Voltado para a tarefa e envolvidos na aprendizagem.
- 2 – Desinteressado pela tarefa e sentado passivamente ou distanciado.
- 3 – Desinteressado pela tarefa e com comportamento destrutivo.

Alguns alunos com necessidades especiais não se interessam pela tarefa em sala de aula, ficam distanciados do grupo ou comportam-se de maneira agressiva, destrutiva. A partir de uma perspectiva da apresentação do conteúdo, pelo menos dois conceitos da teoria da aprendizagem e da literatura de pesquisa proporcionam direcionamento para um comportamento de redução do desinteresse pela tarefa durante os períodos de aula. Os professores devem estar atentos que <sup>suas</sup> precisam planejar aulas que levem em conta, o conhecimento prévio e os interesses dos alunos e o domínio da orientação do aluno.

As aulas planejadas com base no conhecimento e interesse dos alunos aumentam o envolvimento, a cumplicidade e a compreensão dos mesmos. Recht e Leslie (apud Stamback, 1999), apresentaram a importância do conhecimentos prévio ao ajudar a compreensão de leitores com dificuldades em uma tarefa de leitura. Eles testaram bons e maus leitores com dificuldades sobre conhecimentos de Beisebol e descobriram que o conhecimento de Beisebol não estava relacionado à capacidade de leitura. Então os alunos foram classificados em bons leitores/grande conhecimento de Beisebol, bons leitores/pouco conhecimento de Beisebol, maus leitores/pouco conhecimento

de Beisebol. Em seguida, todos leram um texto sobre um jogo de Beisebol e responderam perguntas para verificar se tinham compreendido e se lembravam do que leram. A importância do conhecimento prévio fica caracterizado, pois os leitores com dificuldades <sup>mas</sup> mais que conheciam o Beisebol lembraram-se mais do texto lido do que os bons leitores com pouco conhecimento de Beisebol.

Quando a lição é difícil de compreender, porque os alunos têm pouco ou nenhum conhecimento e pouco interesse no tópico, os comportamentos estranhos à tarefa aumentam e a compreensão diminui. O conhecimento prévio ou os interesses dos alunos com necessidades especiais, incorporados ao planejamento das aulas, melhor o envolvimento e a realização acadêmicos.

Trabalho com redações  
compusa

Os professores que não têm conhecimento sobre o conhecimento prévio ou dos interesses dos alunos têm dificuldade para planejar aulas que satisfaçam esses critérios. Para ajudá-los a obter informações sobre os interesses dos alunos, o professor pode utilizar de questionário denominada inventário, a fim de conhecer o grupo. É claro que não é possível planejar aulas que atendam a todos. Por tanto, é importante que o professor planeje suas aulas em torno dos resultados de alunos com necessidades especiais, porque mais provável que eles sejam mais desligados da tarefa e não envolvido na aprendizagem.

→ melhorar a redação

?

### 3.1 – Orientação para o domínio da tarefa

O manejo do conteúdo através do conhecimento prévio e dos interesses não é uma intervenção suficiente para aumentar o envolvimento na tarefa de alunos estranhos à essa tarefa e que não estão orientados para o domínio da mesma. Os alunos orientados para o domínio da tarefa têm uma grande

?

necessidade da realização e pouco medo do fracasso. Eles estabelecem objetivos de aprendizagem moderadamente difíceis e desafiadores e acreditam que o esforço e o uso da estratégia correta são as razões do seu sucesso. Os alunos orientados para o domínio da tarefa usam estratégias adaptadas para resolver seus problemas educacionais, experimentam uma outra maneira, procuram ajuda, exercitam-se ou estudam mais.

Infelizmente, alguns alunos com necessidades especiais não acreditam que sejam capazes de dominar tarefas acadêmicas que envolvam uma nova aprendizagem. Esses alunos exibem comportamentos que evitam o fracasso ou que aceitam o fracasso. Os alunos aprenderam a reagir à aprendizagem de maneira a evitar ou a aceitar o fracasso devido ao seu manejo anterior em casa, na escola ou em casa e na escola. Por exemplo, na escola, os alunos podem ter experimentado muitas dificuldades ou fracassos já na educação infantil. Talvez eles não tenham sido bem sucedidos em tarefas de pré-leituras (aprendizagem do alfabeto, rimas infantis) ou em tarefas de pré-escrita (não conseguiam colorir devidamente, não gostavam de desenhar). Quando os professores faziam muitas correções ou marcas vermelhas em suas folhas de tarefa, estas crianças tornavam-se desencorajadas e logo desenvolviam comportamentos não orientados para o domínio do conteúdo, evitando o fracasso ou aceitando-o. Mesmo que os professores sejam compreensivos, algumas crianças comparam-se a outras na turma e tornam-se desencorajadas. Ter alunos assim torna o manejo do conteúdo uma tarefa mais complexa. Os alunos que evitam o fracasso acreditam que não possuem capacidade para aprender e que a capacidade para aprender não pode ser aumentada. Por isso ↵  
têm um grande medo do fracasso.

Pode-se reconhecer os alunos que evitam o fracasso porque eles ↵  
determinam objetivos de desempenho muito exagerado ou muito fáceis, ou

usam estratégias autodepressivas, (fazem pouco esforço, fingem não importar, recusam-se a realizar as tarefas, não aceitam ajuda). Os alunos que aceitam o fracasso esperam fracassar. Não estabelecem objetivos de aprendizagem e acreditam que sua ausência de capacidade para aprender é a causa de seus fracassos acadêmicos. Se tentam realizar uma tarefa, logo a abandona. Para compreender o conceito de aceitação do fracasso, é importante recordar os testes de psicologia com os cães mantidos em jaulas que eram eletricamente ligadas por todos os lados. Ao ser ativado a eletricidade, os cães não escapavam da punição, não importava o quanto se movimentassem. No início eles se movimentaram, tentando perceber uma forma de livrar-se do choque. Mais não conseguiram, pois toda a jaula era eletrocutada. Então os cães desistiam e se acalmavam permanecendo deitados. Esse comportamento era denominado desesperança aprendida e uma vez assumido essas características era difícil ajudá-lo a readquirir um sentido de orientação para o domínio da tarefa. Weiner, Russell, e Lerman (apud Stamback, 1999), relataram que os alunos também experimentavam uma desesperança aprendida quando atribuíam seus fracassos a causas estáveis e incontroláveis.

Fazer para-  
grafo

Os alunos que aceitam o fracasso experimentam a escola como uma situação de punição, não importam o que façam. Esses alunos sofrem de desesperança aprendida e desistem, freqüentemente, experimentando sentimentos de depressão. São os que ficam sentados fazendo pouco ou nada, e, em geral não são destrutivos. Os professores são muito ocupados e “a roda que guincha consegue óleo” tanto nas aulas quanto em outros locais. Portanto, os alunos que aceitam o fracasso são freqüentemente negligenciados e passam de um série para a outra produzindo pouco trabalho e aprendendo muito pouco. Os alunos que aceitam o fracasso têm maior probabilidade de receber mais atenção e ajuda se forem destrutivos, e raramente o são.

→ a frase  
ficou sem  
sentido

O teórico Woolfolk (apud, Stamback, 1999), sugere algumas maneiras para ajudar um aluno a readquirir um sentido de domínio através do encorajamento do próprio valor:

- Escolher tarefas de aprendizagem adequada - Exemplos de estratégias para ajuda na escolha das tarefas: solicitar aos coordenadores pedagógicos auxílio para elaboração do planejamento e recursos didáticos. Se o aluno encontrava-se em um ambiente segregado antes de ir para um sala de aula inclusiva, pedir à equipe de educação especial, o currículo e material. Considerar os interesses e conhecimento prévio do aluno.

- Ajudar os alunos a estabelecer objetivos de aprendizagem e ensiná-los a orientarem-se para o domínio da tarefa – Exemplos de estratégias: oferecer opções de objetivos de aprendizagem e solicitar aos alunos que escolham, ajudar o aluno a estabelecer um nível de dificuldade para atingir seus objetivos, ler histórias sobre pessoas que superam desafio, ser modelo de exemplo de como o professor se desenvolveu conquistou um objetivo em uma determinada área, ajudar o aluno a ter um bom desempenho apesar de seus fracassos fora da escola.

- Enfatizar o progresso do aluno – Exemplo de estratégias: voltar as tarefas anteriores e mostrar ao aluno como são fáceis agora. Perguntar ao aluno: “Lembra-se como era difícil para você antes? Olhe como valeu a pena. Agora você faz isso com tanta facilidade” (Trabalhando a auto-estima), manter uma pasta com os melhores trabalhos dos alunos para que sejam revistos regularmente com o professor, fazer com que o aluno aprenda mais ao invés de voltar para trás para melhorar o trabalho anterior.

- Oferecer sugestões de melhoria antes de solicitar e agradecer os esboços finais – Exemplo de estratégias: fazer comentários sobre o que o aluno fez certo ou errado e porquê cometeu erros, usar informações e trabalhos antes do aluno apresentar o primeiro esboço.
  
- Apontar as conexões entre esforço e realização – Exemplos de estratégias: mostrar ao aluno que o seu esforço resultou em um projeto bem sucedido, que sempre o esforço conduz ao sucesso, enfrentar diretamente as estratégias autoderrotativas: Você está agindo como não se importasse. É isto que está realmente sentido?

É necessário intervir com os alunos que evitam o fracasso. Ajudá-los a tornarem-se seguros para a realização da tarefa, do que intervir junto aos alunos que aceitam o fracasso. É importante que o professor tenha a consciência que deverá acompanhar o aluno, intervindo sempre que precisar durante o ano letivo. A experiência nos mostra que o aluno progredirá durante longos períodos e se a intervenção for contínua ao longo dos anos, mais progresso será alcançado pelo aluno.

### **3.2 – RELACIONAMENTO PROFESSOR - ALUNO**

Os professores das classes inclusivas precisam trabalhar suas habilidades no manejo do relacionamento entre professor e aluno. As habilidades de comunicação não são fáceis de desenvolver somente através de atividades autodirigidas. A capacitação dos profissionais é seguida para aqueles que têm dificuldades quanto a aquisição das habilidades para interagirem com os alunos.

Os relacionamentos entre os alunos representam uma área adicional que os professores precisam desenvolver nas classes inclusivas. O aspecto cognitivo das crianças influencia o desenvolvimento das amizades. Alguns psicólogos orientam “insights” úteis para a construção de amizades por faixa etária. As crianças da educação infantil e do início do ensino fundamental não discriminam muito os que chamam de amigo. Por exemplo, um amigo é qualquer pessoa com quem estejam brincando no momento. Na adolescência as amizades são construídas nas atividades compartilhadas, então acreditam que são amigos por fazerem coisas juntos. Os professores perceberam que alguns alunos com necessidades especiais na pré-adolescência podem não desfrutar do mesmo nível de aceitação do demais colegas. Os professores precisam entender e respeitar este comportamento dos alunos e não obrigá-los a aceitarem uns aos outros. O professor deverá ser o facilitador e intervir promovendo atividades compartilhadas propiciando ao grupo interação natural.

O planejamento é necessário para ajudar a criar ambiente de aprendizagem produtivas, seguras e respeitosas. As escolas devem propiciar apoio e solidariedade para que professores e alunos tenham um espaço agradável e interessante.

#### **4- O CEGO NO CAMINHO DA INCLUSÃO**

Temos escutado que hoje o deficiente está mais na rua, tem conquistado espaço. Este movimento de conquista trará, ainda que a longo prazo, uma mudança no olhar pré-concebido e então se buscará saber logo

quem é este indivíduo que está diante de nós e quais as suas necessidades. E por que não começar também pela escola essa mudança de olhar? Segundo <sup>relatos</sup> ~~(vivência-a)~~ relatos da MULTIEDUCAÇÃO\* Especial, um aluno é matriculado na 1ª série e depois encaminhado para uma classe especial para deficiência visual, pois na conversa com a mãe verificou-se que a sua deficiência era visual.

O que seria a deficiência?

Segundo Canejo (1996), conceitua: “A deficiência visual se caracteriza pela incapacidade total ou parcial de seus portadores utilizarem a visão nas atividades normais da vida e pela capacidade de superarem esta deficiência”.

Partindo daquilo que é insuficiente, com certeza, <sup>melhorar a</sup> ~~teremos~~ <sup>realização</sup> ~~impossibilidades~~ de tornar nossa ação pedagógica eficaz.

Se olharmos os alunos a partir de suas deficiências, e nos apropriarmos deste conceito na sua concepção mais restrita, poderemos rotular, criar barreiras, não perceber as possibilidades. É preciso traduzir a deficiência em “necessidade educativa especial.” Um aluno tem necessidades educativas especiais quando apresentar necessidades maiores que o restante dos alunos de sua idade para aprender o que está previsto no currículo, precisando assim de caminhos alternativos para aprender. Não pretendemos mudar a deficiência, mas mudar o foco de nosso olhar daquilo que é insuficiente, para o que é possibilidade.

O aluno em questão, realmente não enxerga bem, quase nada, mas pode por exemplo, relatar o que ouviu no noticiário do rádio ou da TV. Ele não é aluno para classe especial de retardado mental, precisa ter o currículo

adaptado para DV, para apropriar-se dos conhecimentos propostos pela escola. (\*MULTIEDUCAÇÃO).

Dentro de uma mesma área são diversas as necessidades, porque os indivíduos são diferentes e não formam um agrupamento em que todos apresentam a mesma características. Um aluno DV, por exemplo, pode apresentar visão subnormal que lhe permita ler, sem ~~ter~~<sup>ter</sup> que lançar mão do código Braille, mas fazendo uso da escrita ampliada. Isso não significa que todos os deficientes visuais com visão subnormal possam dispensar o Braille, ou mesmo que por terem uma capacidade visual maior, possam todos dispensar ajuda de recursos como por exemplo a bengala para se locomover.

“A deficiência não é só impossibilidade, mas também força.

Nesta verdade psicológica se encontra o início e o fim da educação social dos alunos com deficiência.”

Vygotsky, 1989.

Durante muito tempo as crianças precisaram se adaptar aos currículos escolares. Aqueles que não conseguiam essa proeza eram excluídos da escola. Todos concordavam com isto e não havia nenhuma estranheza. A escola era o centro do processo educacional. A criança deveria responder a escola. Com o tempo esta visão se modificou. Sendo assim, é a escola que deverá buscar respostas educativas para seus alunos. A criança passou a ser o centro do processo educativo. Cabe a cada escola definir e buscar respostas significativas e necessárias à sua comunidade de alunos com características próprias. Vale lembrar, a existência em todas as comunidades de um grupo de

alunos para os quais os ajustes regionais e locais ainda não são o suficiente. São alunos que requerem mais ajuda e ajudas diferentes dos companheiros da mesma idade, para alcançar em graus, iguais ou distintos, os objetivos propostos. São os alunos com necessidades educativas especiais.

Todo planejamento é momento de tomada de decisão. As decisões que revertem em respostas educativas aos alunos com necessidades educativas especiais devem possuir características peculiares mas sempre vinculadas à expansão ou abertura do processo de concretização do currículo. Em todos os níveis de concretização curricular (plano geral, plano de aula, planejamento de atividades) deve-se contemplar as necessidades educativas especiais dos alunos, de forma mais geral à mais específica. Respostas educativas inadequadas às necessidades dos alunos produzem situações difíceis de relação e sentimentos de incapacidade e insegurança por parte dos alunos e professores, tornando ainda, a sala de aula ou toda a escola num ambiente tenso e desagradável onde pouco se aprende. A resposta educativa não é de responsabilidade individual do professor da turma, mas também das necessidades coletivas tomadas como decisão de toda a escola e, muitas vezes, com a ajuda do nível intermediário e central. Estas são medidas referentes ao tratamento a ser dado a toda sorte de diversidade existente.

Dentre as medidas decididas pela escola para desenvolver uma resposta educativa, capaz de ser de qualidade para todos os alunos, estão o respeito à regionalidade, às características culturais dos grupos e as adequações curriculares para os alunos com necessidades educativas especiais.

#### 4.1 – A FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL E SOCIAL DO DEFICIENTE VISUAL.

Segundo depoimento e experiência da professora cega Elizabet Canejo, tem-se em mente que a família é, involuntariamente, o primeiro grupo social da vida de um indivíduo. Pode-se considerar que ela é uma espécie de "laboratório de formação de personalidades individuais", bem como de conflitos e distúrbios do comportamento. Portanto, quando nasce uma criança, os pais esperam que ela seja saudável e "perfeita" fisicamente. Quando isto não acontece, visto que o resultado do nascimento não é satisfatório, logo o que se instala e/ou fica são frustrações, sentimentos de culpa, pena medo, etc., e reações como aceitação, rejeição, negação e superproteção - fatos que vão influenciar para um bom ou mau desenvolvimento comportamental, social e intelectual daquele ser humano. Como se sabe, em geral, todas as crianças cegas como as outras, passam por períodos de mudanças e ajustamentos à medida que crescem. Na maioria das famílias este processo é temporário e sem muitas complicações. Por isso, o nascimento de uma criança com um defeito e o descobrimento de uma incapacidade física pode desencadear uma série de acontecimentos que afetam a criança, a família, os amigos e a comunidade em que vivem. Sentimentos de culpa, vergonha, falta de compreensão e decepções podem destroçar a união familiar. Por conseguinte, o processo de crescimento e aquisição de conhecimentos e habilidades da criança podem ser prejudicados pela falta de orientação e por problemas emocionais dos pais.

Na maioria das vezes, pelo fato de terem no âmbito familiar uma criança deficiente sensorial, os pais ficam confusos ao lidar com a situação,

pois desde antes eles nutriam preconceitos e concepções em relação à deficiência. No caso de pais que conceberam um filho deficiente visual, se persistem os preconceitos comuns respeito da <sup>redação</sup> cegueira e eles consideram a criança como um ser inútil e incapaz, a sua presença se torna ainda mais decepcionante e cruel. Se eles nunca foram esclarecidos a respeito das possibilidades de uma pessoa cega, terão dúvidas e receios de que seu filho não seja capaz de desenvolver-se naturalmente, estudando, trabalhando ou casando-se, por exemplo, ou seja, de prover a própria subsistência.

Voltando-se para outra linha de raciocínio, o sofrimento causado pela constatação da deficiência visual pode ser tão penoso para os pais que pode levá-los a se sentirem "perseguidos pelo destino" e, por assim dizer, desencadear uma série de atitudes e reações em relação a eles próprios e à criança. Durante um certo tempo, percebe-se que os pais podem desejar tanto que aquele sofrimento desapareça que chegam a descreer do diagnóstico, fazendo uma verdadeira peregrinação aos consultórios médicos e outras formas de obter esperanças, como "curandeiros", "benzedores" e outras crenças. No entanto, essa busca não está ligada à crença ou descrença na competência médica, mas prende-se à necessidade de afastar uma realidade dolorosa. Se esta realidade se impõe, observa-se que os pais e toda a família tentam achar uma razão para a origem da cegueira, culpando-se por descuidos anteriores à instalação da incapacidade física ou projetando-se em outros sentimentos de culpa. Caso a cegueira esteja ligada à idéia de "castigo", eles podem senti-la como uma punição por alguma coisa real ou imaginária. Suas reações em cada situação de vida tornam-se condicionadas por todos estes elementos. Assim, os pais da criança cega constroem sua "história de vida".

Conclui-se, pois, que a presença de um criança cega ou de visão subnormal, na maioria das vezes afeta ou abala o sistema familiar e social de forma conflitante.

Com o ressentimento e a incapacidade de poderem assumir um filho cego, os pais e a família podem isolar-se da sociedade, temendo não conseguirem dissimular a revolta que sentem contra os que são mais felizes que eles, podendo até desenvolver sentimentos de auto-compaixão. A expressão destes problemas assume, às vezes, a forma de superproteção. Os pais descrentes das possibilidades da criança cega, ou incapazes de conter a ansiedade ao verem seu filho experimentando as próprias forças, podam seu desenvolvimento e reduzem-no a completa dependência. Por outro lado, não se detendo somente nos aspectos negativos e conturbantes<sup>relações</sup> do relacionamento da criança cega com seu meio familiar, pode-se perceber que há, também, alguns pais que são capazes de aceitar a deficiência da criança e intuitivamente, atender às suas necessidades. Mesmo assim, a maioria deles precisa adquirir conhecimentos e orientações especiais a respeito da cegueira e do que é preciso para conviver com o fato, assegurando à criança deficiente um ambiente agradável e harmonioso.

#### 4.2 – O Preconceito Social da Cegueira

A atitude da comunidade também dificulta a influencia do trabalho de educação dos pais, que nunca estão preparados para "receber" um bebê cego. Todos querem filhos saudáveis. Disso surgem os problemas mais variados: ocultação do bebê dos vizinhos, rejeição e até a não-aceitação da deficiência, em termos de acreditar que o filho nada tem, ou que por um milagre, vai ficar

"bom" em pouco tempo <sup>e</sup> Certas restrições são impostas ao deficiente pela própria natureza de seu problema. O mundo do cego limita-se ao comprimento de seu braço e aos sons que ele pode perceber. A criança visualmente prejudicada deve receber estimulação social, pois esta criança precisa ter mais experiências que a criança dotada de visão, a fim de vencer o isolamento que lhe é imposto pela sua incapacidade. Ela também necessita de experiências para aprender os intercâmbios de contato social, para evitar o desenvolvimento de um egocentrismo pela natureza isoladora da incapacidade social.

Mesmo no momento atual, são correntes, os preconceitos a respeito da cegueira, assim como sua equiparação à mendicância e inutilidade social e reações de horror, piedade e culpa. É comum ver-se o indivíduo cego isolado, pouco solicitado pelos que o cercam e, ao mesmo tempo, despertando solicitude exagerada e superproteção - veja-se o caso de, pagamento de passagens nos transportes coletivos. O desconhecimento das possibilidades das pessoas cegas e a descrença em suas habilidades levam a uma atitude de espanto e valorização exagerada de suas realizações.

Certas responsabilidades aceitas como naturais para a maioria das pessoas em determinadas idades (por exemplo: "trabalhar e prover a própria subsistência, locomover-se com desembaraço em grandes cidades) são consideradas ainda "crueldade" para uma pessoa cega.

Somente há menos de duzentos anos foi criada a primeira escola para cegos (1784), fundada em Paris por Valentin Haüi. Cinquenta anos mais tarde, programas educacionais para cegos estavam em uso nos Estados Unidos. No Brasil, só em 17 de setembro de 1854 foi criado por D. Pedro II o então "Instituto Imperial dos Meninos Cegos", hoje Instituto Benjamim

→ Constant. A partir daí pais e mestres vêm se empenhando na integração do deficiente na sociedade. A sociedade continua, no entanto, muito preconceituosa, pois acredita ser mais tranqüilizante manter os indivíduos deficientes "protegidos" e segregados da vida comum e competitiva da maioria da população. As atitudes da comunidade devem mudar. Apesar de haver uma compreensão maior e melhor da pessoa deficiente, ainda persistem muitos preconceitos com relação à cegueira, dificultando a integração da mesma ao seu meio. Portanto, cabe aos pais e mestres um esforço constante para mais do que preparar o deficiente, fazer um intercâmbio social, a fim de que ele seja aceito no mercado de trabalho e possa também ter um convívio social comum.

### 4.3 – Instituições e a Educação dos Deficientes Visuais

É marca da sociedade moderna que os indivíduos tendam a viver sem uma planificação racional - daí terem a "liberdade" de dormir, brincar, trabalhar, comer, onde queiram, com quem queiram, e em diversas circunstâncias. Contrariamente, no caso das "instituições totais", a prática é para que todas essas funções do indivíduo se limitem e se realizem num espaço físico determinado com um número de co-participantes reduzido, bem como com uma rígida marcação de tempo, sem contar que o aspecto autoridade, na sociedade tão diversificada, possui, no caso das instituições totais, aspecto totalizante e sobremodo coercivo. - o chefe, o diretor, o comandante. As atividades previstas em tais casos, além de estarem sob rígida cronologia, também se acham regidas por um vigoroso plano de ação, ou organograma, estabelecido via de regra de cima para baixo, tudo no sentido de

que sejam cumpridas rigorosamente as funções a que a instituição se destina. O controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas é o fato básico das organizações totais. Assim, surge o fator "vigilância", estrutura necessária para controlar a sincronia no cumprimento das normas predeterminadas. Com efeito, a estrutura de vigilância costuma ser constituída por pessoas pouco pensantes - decoraram um código de normas; aquele indivíduo que infrinja a uma delas servirá de modelo punitivo, que passará aos demais uma mensagem: se não fizer o que lhe foi determinado, há de sofrer um castigo como seu colega.

Nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos denominar o grupo dos "internados" e uma pequena equipe de supervisão. Geralmente os internados vivem na instituição e tem contato restrito com o mundo existente fora de suas paredes; a equipe dirigente muitas vezes trabalha num sistema de oito horas por dia e está integrada-ao mundo externo.

Antes de entrar para uma instituição total, uma escola residencial, por exemplo, a criança terá adquirido uma série de características e gostos que determinam a formação de uma certa individualidade. Posta em contato com a vida regrada de uma instituição total, inicia-se um período de choque entre a individualidade de que antes a criança desfrutava e a vida rigorosa e coletiva. Então, quando o "eu" tenta subsistir, a criança tem de se enquadrar nas normas válidas para todos, seja voluntariamente, pela simples observação e posterior imitação da prática dos demais internos, ou pelas arengas dos grupos dirigentes - "você precisa cumprir seus horários rigorosamente", "você não pode fazer isto", "aquilo lhe é proibido", ou por punições e castigos. com isso, instala-se um processo de mortificação do eu, em detrimento de um ser

obediente e de comportamento padronizado. Aquilo que se adquiriu na vida pré-instituição não morre de todo, apenas fica mortificado; daí haver casos de internos que viveram anos a fio intramuros sentirem-se como que destreinados e despreparados para a prática da vida social.

Um dos aspectos importantes das instituições totais é o instituto da matrícula - em muitos casos o nome da pessoa é posto de lado, prevalecendo o número. Ainda sobre instituições totais, não se pode deixar de citar o seguinte ato muito importante, para impedir que internos saiam, a vigilância monta um esquema que compreende barreiras arquitetônicas que impõem grandes restrições ao relacionamento com o mundo exterior, assim como proibições de ordem burocrática, ou restrições às saídas dos internos.

As instituições totais não têm a função de substituir a família; neste caso ater-se-á à problemática da criança deficiente visual que, via de regra, quando consegue acesso à educação, isto se dá em escolas residenciais. Ali postas, estão vulneráveis a uma série de deformações culturais que na maioria dos casos, hão de acentuar nelas o processo de "mortificação do eu". Além do mais, por terem a estigma que tanto as desacredita perante uma sociedade que vive de imagens virtuais tornar-se-á mais árdua a tarefa de integrar o futuro adulto numa sociedade que, quando muito, o verá com piedade e lhe proporcionará algumas "benesses" que contrariamente à proposta de ajudar ao deficiente, há de, sem dúvida, acentuar-lhe ainda mais o estigma.

Através de pesquisa do Instituto Benjamim Constant, primeira instituição para educação de cegos, <sup>(M)</sup>Mais de 96% das pessoas portadoras de deficiência visual, menores de 30 anos ainda encontram-se literalmente abandonadas. Nossa preocupação concentra-se naqueles que ainda se encontram totalmente marginalizados, sem sequer saberem que existe um

sistema de escrita e leitura que lhes permite estudar, permitindo o acesso a uma melhor qualidade de vida. Sem saberem, inclusive que têm direito à educação, à reabilitação e ao trabalho, enfim, que têm direito a uma cidadania plena como lhes garante a constituição. (Revista Benjamim Constant, ano 5, n.12, Junho/1999)

“No Brasil e no resto da América Latina, apenas uma minoria têm acesso à educação.” (Prof. Adilson Ventura – Presidente da União Brasileira de Cegos).

## **5 – REALIDADE E INCLUSÃO**

Neste trabalho de pesquisa nos preocupamos caracterizar a deficiência visual, os preconceitos, dificuldades, vida e lazer, o entrosamento com a família e sociedade.

São pontos de relevância quanto a educação dos deficientes, os relatos que demonstram ainda serem bastantes segregados em instituições. Então, surge a questão da inclusão, assunto que acreditamos ser de grande valor para todas as pessoas deficientes e principalmente para os deficientes visuais. Anteriormente nos detemos em abordar como as nossas escolas poderiam se tornar “escolas inclusivas”, seria um processo de construção e transformação sem tempo determinado, mas com possibilidade de acertarmos. As experiências descritas por alguns autores nos entusiasma, as ações e discursos são melodias fazendo-nos crer que a harmonia e justiça social existem.

Mas a nossa realidade é desastrosa. Durante alguns contatos, pesquisas em campo, fomos informados por certa professora que trabalha em escola especial de rede pública, que iria trabalhar em uma escola regular de Formação de Professores, com um grupo de deficientes visuais. Em entrevista com o Diretor da escola, podemos perceber certo cuidado em falar do assunto. Enumerou algumas dificuldades que tem com o professor, quando este percebe que em sua sala tem um aluno com algum tipo de deficiência. Segundo o Diretor, os professores ficam assustados, não sabendo como agir e tratar o aluno deficiente. Ficando caracterizado o despreparo e pouco interesse da coordenação da escola em trabalhar o assunto junto ao corpo docente.

Ao perguntarmos ao diretor, quanto aos alunos com deficiência visual se eles ficavam em salas regulares ou em classes especiais, fomos surpreendidos pelo descaso do mesmo, pois alegou que não tinha nenhum aluno com o tipo de deficiência, mas que haviam uns seis alunos matriculados, porém não freqüentavam e que por motivos pessoais a professora também não havia se transferido para a escola. A resposta do diretor soa aos nossos ouvidos como um alívio, em não ter os alunos D.V. em sua escola. Pois em nenhum momento o diretor demonstrou preocupação em saber junto às famílias o não comparecimento daqueles alunos à escola.

Conversando com a professora e fonoaudióloga que iria trabalhar com a turma D.V., fomos surpreendidos com depoimento que a escola recebera uma lista da Secretaria Estadual onde constavam a matrícula de vinte alunos e que nenhum confirmara efetivamente sua matrícula. Não havendo preocupação ~~com~~<sup>da</sup> a escola em saber os motivos da ausência dos alunos.

→ O processo da inclusão ainda é uma mentira, as pessoas se contentam em serem “boazinhas” com o deficiente, desrespeitando-os como pessoas e cidadãos, tirando-lhes as oportunidades de assumirem seu papel na sociedade.

Em outra escola de rede regular de ensino, deparamos com uma aluna cadeirante, onde a cadeira não entra na sala onde estuda devido a porta e o espaço físico. Todos os dias ela é retirada de sua acomodação e colocada na cadeira da escola sem que ninguém se preocupe se ela realmente está bem acomodada. Sua mãe fica a maior parte do seu tempo na escola a sua disposição, pois nada foi feito para que a aluna tenha uma vida mais independente na escola, como alargamento das portas, reposição de rampas, barras de ferro nos corredores e banheiros. A diretora tem o sentimento que a sua escola está aberta as diversidades, mas não tem nem conhecimento e muito menos consciência do que é incluir. Fica evidente o acolher porque a lei determina e por ter “pena” da criança. Na mesma escola existe um menino de 10 anos, surdo bilingüe (fala-língua de-sinais, leitura labial e fala com certa dificuldade). Também matriculado pelo mesmo sentimento anterior. Vindo de uma escola especial, para 2ª série do ensino fundamental. A escola orientou a mãe para que recorresse ao ensino tradicional devido a sua capacidade de integração. O aluno tem resíduo auditivo, usa aparelho. Este aluno em dois meses de aula já teve duas professoras as mesmas tem o mesmo discurso, não conseguem entendê-lo, não sabem como agir, ficam confusas diante do mesmo. (É importante ressaltar que quando a mãe procurou a escola com o aluno, eu o atendi para uma entrevista e consegui entendê-lo e fazer-me entender. O aluno interage com as pessoas conversando com muita maturidade, pois segundo a mãe ela o ensina a falar desde pequeno, sendo prática do seu dia-a-dia).

No período dos nossos seminários no curso de Especialização em Educação Especial, convidamos uma Coordenadora de uma escola regular de ensino e professora do curso de Formação de professores, para participar do evento. A mesma agradeceu dizendo não ter interesse no assunto. Como vamos construir uma escola inclusiva se as escolas formadoras de professores ainda se recusam em discutir o assunto com seus alunos?

Procuramos em nossas pesquisas obter informações sobre a aceitação do deficiente não somente na escola, mas na sociedade. Ficamos surpresos em descobrir que até a igreja exita em se preparar para receber os deficientes em suas atividades mais específicas. Os mesmos só têm direito de assistirem a missa, pois normalmente acompanham seus pais e familiares, mas nenhum trabalho de evangelização especial é montado. Perguntamos o porquê da carência desse trabalho já que para as crianças ditas “normais” existe a catequese, tão incentivada e concorrida por todos. A coordenadora da Catequese respondeu que a Arquidiocese--até--ministra cursos com este objetivo, mas que o padre da paróquia é que determina quem irá participar. Mas que até hoje não existe ninguém preparado e muito menos interessado em abraçar a causa da catequese dos deficientes. E mais uma vez eles são excluídos dessa sociedade tão desumana e seletiva.

Existe uma escola regular onde os 20 deficientes visuais estão sendo atendidos em classes especiais, onde aprendem o método braille com uma professora também deficiente visual. Somente um aluno por ter sido vidente freqüenta eventualmente a classe regular.

Outro problema enfrentado pelos alunos deficientes visuais são as instalações inadequadas, dificultando sua inclusão. As salas de recursos, destinadas ao atendimento de pessoas portadoras de deficiência visual

matriculadas em instituições de ensino regular, quase sempre localizadas nos lugares de difícil acesso no espaço físico da escola, quando não fora dela, dificultando o nível do atendimento. Também não dispõem de quantidade mínima de materiais especializados necessários, como regletes, punções, sorobãs, máquinas Braille, mapas em relevo, thermoforms ou mesmo papel Braille. Muitas vezes apelam para revistas ou outros tipos de papel para a produção de textos no Sistema Braille.

Os deficientes visuais brasileiros, e da América Latina, em geral, estão bastantes defasados em relação aos deficientes visuais de outros países, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, os quais recebem apoio do governo e organizações empresariais, para terem acesso a avanços tecnológicos. No Brasil, somente uma minoria mais expressiva de poucos privilegiados tem acesso às novas tecnologias. De dez anos para os nossos dias é que as máquinas de datilografar Braille tornaram-se mais comuns.

A quantidade desses equipamentos em uso no Brasil ainda são muito limitados e insuficiente. Outra dificuldade é o processo de manutenção das máquinas, pois não temos profissionais capacitados para os reparos. Mas o problema é a questão da reposição das peças já que a importação dos acessório é tão difícil quanto a importação das máquinas.

Outro ponto de relevância é a falta de professores especializados. Medidas imediatas precisam ser tomadas como a criação de cursos de capacitação para professores que atendam a demanda das regiões Norte e Nordeste. Cursos de capacitação a distância também devem ser implementados.

Promover a inclusão dos portadores de deficiência visual não é uma tarefa para poucos. Todos nós estamos comprometidos e por isso temos o

dever de enfrentá-la, contribuir e participar. Os órgãos do Governo Federal, das secretarias de educação estadual e municipal e das demais organizações têm a responsabilidade de buscar meios para reverter o quadro atual e levar o maior número possível de pessoas portadoras de deficiência visual a oportunidade de educação, reabilitação e, conseqüentemente, de emprego e do pleno exercício da cidadania.

**“SOLAMENTE LOS CIEGOS PUEDEN TOCAR LAS  
PALABRAS...”**

**Alex Grijelmo**

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em qualquer contexto político-social, quando se fala em ideais de um mundo inclusivo é importante ter consciência que está se falando de "MUNDO" e não de uma determinada minoria pertencente a uma determinada sociedade. O movimento pela inclusão deve ter uma visão e perspectiva de mundo, e não <sup>por</sup> apenas a uma luta por algumas pessoas.

No Brasil, precisamos adotar medidas efetivas, para que tenhamos uma postura que garanta, na prática, um país de linha mais inclusiva <sup>redação</sup> no que somos no papel. Portanto, devemos buscar eleger dirigentes comprometidos com esse ideal de mundo, de uma sociedade menos excludente e mais inclusiva, cujos projetos primem por mudanças básicas que elevem o Brasil a essa condição. E que deles parta a iniciativa de mostrar e conclamar os cidadãos a participarem de ações sociais criadas não somente em sua administração, como nas anteriores.

É necessário compreender que não se mudam atitudes de um dia para o outro, sejam elas individuais ou coletivas. Em nossa sociedade temos uma história de preconceitos e omissões. Aqueles que têm acesso ao saber, à instrução, a informação e que têm a oportunidade de fazer uso dessa educação de forma crítica, têm o compromisso em propor reflexão e discussão a favor ou contra, com, e a respeito de grupos e pessoas, atingidos diretamente pela exclusão social. Acreditamos ser através desses "esclarecidos" profissional e pessoalmente que soluções como a "inclusão" podem ser pensadas e repensadas e postas efetivamente em vigor.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

VAYER, P. & RONCIN, C. **Integração da criança deficiente na classe.**

↳ Manole. São Paulo. 1989

CABRAL, S. V., SANZA, A. A. & TEJERA, M. E. **Educar vivendo o corpo**

↳ e o grupo na escola. Artes Médicas. Porto Alegre. 1989

ANDIVAR, J. G. **Como programar professores em Educação Especial na**

↳ sua atividade de programação. Manole dois. São Paulo. 1990

SASSAKI, R. K. **Inclusão – Construindo uma sociedade para todos.**

↳ WVA. 3ª ed. Rio de Janeiro. 1997.

STAINBACK, S. & (W.) **Inclusão – Um guia para educadores.** Artmed.

↳ Porto Alegre. 1999

CANEJO, E. **A reintegração social dos portadores de cegueira adquirida**

↳ na idade adulta: Uma abordagem psicossocial. Mimeografado. Rio de Janeiro. 1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO.

↳ **MULTIEDUCAÇÃO: Núcleo Curricular Básico.** Rio de Janeiro. 1996

BRASIL. Lei nº 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
← (LDB).

Goffman, Erving. Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade  
← deteriorada. 4ª Ed. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro. 1998